

## **A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ESCOLHA DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

Patrick Bragança Botelho

Este trabalho dedica-se a estudar a implementação do Art. 16 da Lei n. 5.540/1968, que regula a escolha dos reitores das universidades brasileiras. Elaborada durante a Ditadura Militar(1964-1985). A lei foi aprovada em um curto período, de julho a novembro de 1968 e promulgada no dia 28 de novembro daquele ano, quinze dias antes da promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). A reforma universitária, embora tenha promovido a modernização conservadora das universidades, também impôs um controle rígido e autoritário sobre elas. O Art. 16 estabeleceu que o reitor e os vice-reitores das universidades brasileiras seriam escolhidos a partir de uma lista sêxtupla, com a livre escolha e nomeação pelo Presidente da República. A pesquisa procura compreender o contexto no qual a criação da lei se deu durante a Ditadura Militar, para isso fará uso de fontes documentais e bibliográficas: Lei 5540/1968, Atas do Congresso Nacional, notícias de jornal da época. O processo de eleição para reitores antes do golpe era elaborado da seguinte forma: a lista era por meio da lista tríplice feita pelos conselhos universitários e congregações de faculdades logo enviada ao Governo Federal que escolhia um dos três nomes. Com o golpe militar de 1964, o processo eleitoral para escolha de reitores sofreu mudanças, a lista tríplice foi aumentada para seis nomes, aumentando as chances de se terem aliados ao governo ditatorial concorrendo, segundo o sociólogo Luiz Antônio Cunha. Contudo, a lei foi alterada no ano de 1995 com a lei 9.192, além do reforço do decreto 1.196/96 no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que fortaleceu o decreto 16. Em contradição, em 1998, no mesmo governo FHC, foi nomeado o terceiro colocado na lista tríplice para reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Outro episódio de interferência foi no governo Bolsonaro que interveio em mais de 20 universidades federais ao não nomear o primeiro colocado da lista tríplice. Essa ação quebrou uma tradição democrática de duas décadas, gerando uma crise que questionou severamente a autonomia e a gestão democrática das instituições universitárias brasileiras. Diante da pesquisa historiográfica sobre a escolha de reitores, percebe-se que é urgente estudar a reforma universitária, pois demonstra o persistente conflito entre o controle governamental e a democracia acadêmica. Portanto, a trajetória da lista de nomeação da tríplice à sêxtupla e o retorno à tríplice com livre escolha do Presidente da República mostra como o mecanismo legal é usado para intervenção política ideológica.

Palavras-chave: Reforma Universitária de 1968, Ditadura Militar, Escolha dos Reitores

## REFERÊNCIAS

ANDES. A invenção da balbúrdia – Dossiê do ANDES-SN sobre intervenções do governo Bolsonaro no ensino superior. ANDES SEÇÃO SINDICAL, 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/dossie-sobre-intervencoes-do-governo-bolsonaro-nas-ifes-ja-esta-disponivel-em-versao-digital1>. Acesso em: 30/05/2024.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade reformada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era vargas. 3.ed. São Paulo: UNESP, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto. Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1 .ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.